

05 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Número de estupros passa o de homicídios no País

Mais de 50 mil casos de estupros foram
registrados no Brasil, contra 47
mil homicídios; aumento dos números no PR

Marian Trigueiros
Reportagem Local

Londrina - O número de estupros no Brasil subiu 18% em 2012 em comparação com o ano anterior, aponta o 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em todo o País, foram registrados 50,6 mil casos, o correspondente um taxa de 26,1 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Em 2011, a taxa foi de 22,1.

O que mais chamou à atenção, contudo, foi que o total de estupros superou o de homicídios dolosos (com intenção de matar): 50,6 mil estupros contra 47,1 mil mortes registradas. A taxa de homicídios dolosos passou de 22,5 por grupo de 100 mil habitantes em 2011 para 24,3 no ano passado; uma alta de 7,8%.

No Paraná, o aumento dos números segue o contexto nacional. Com relação aos estupros, o número total foi de 3,5 mil casos em 2012; crescimento de 9,48% em relação ao ano anterior e uma taxa de 33,3 estupros a cada grupo de 100 mil habitantes, superior à média do País. Já a taxa de assassinatos a cada 100 mil habitantes subiu de 29,3 em 2011, para 29,6 em 2012. Em nú-

segue contexto nacional

meros absolutos, foram registrados 3,1 mil homicídios no Paraná. Portanto, a proporção no Estado também é maior: 3,5 mil estupros contra 3,1 homicídios.

Apesar do crescimento dos índices, o documento mostra que os gastos com segurança pública no Brasil totalizaram R\$ 61,1 bilhões em 2012, um incremento de 15,83%. No Paraná, esses gastos totalizaram R\$ 2,04 bilhões em 2012, um incremento de 27,21% em relação ao ano anterior.

Números ainda maiores

De acordo com a promotora Susana Lacerda, da 6ª Vara Criminal de Londrina, o aumento do número de estupros pode ser resultado do maior acesso à rede de enfrentamento à violência e informação, bem como a possibilidade do Ministério Público notificar o abusador, quando identificado, mesmo que a família não queira. "É notório o maior encorajamento da mulher em denunciar nos últimos anos, até mesmo contra parceiros afetivos. Apesar disso, ainda há muito a ser feito com relação à capacitação dos profissionais envolvidos, seja na polícia ou nos hospitais", comentou.

Por isso, segundo a promotora, a sensibilização e

humanização no atendimento são fundamentais para que mais casos cheguem ao poder público. "O processo para uma denúncia de estupro é extremamente desgastante, porque a pessoa retorna à situação de agressão sofrida."

Para o delegado da Polícia Federal (PF), Algacir Mikalovski, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e Privada (NPSPP), o acesso aos canais de denúncia, aliado à mudança cultural, pode ser considerado responsável pelo aumento dos registros de estupros. "As mulheres e crianças estão no grupo mais vulnerável a esse crime. Ainda que tenha havido crescimento na notificação, certamente esse número deve ser muito maior. O homicídio é mais aparente, já o estupro precisa da denúncia", explicou ele, complementando que o maior desafio é a ampliação do serviço complementar (psicológico, assistencial), além da medida punitiva ao agressor. (Com Agência Brasil)

CONTINUA

05 NOV 2013

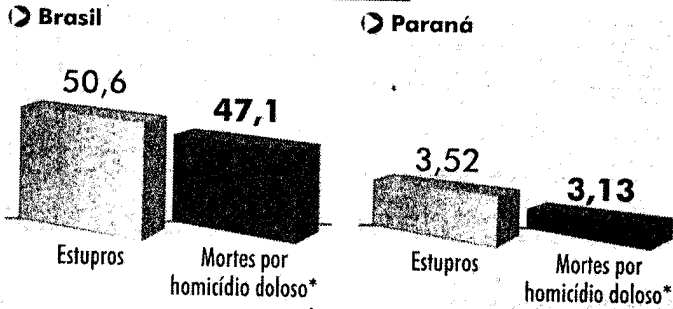
FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

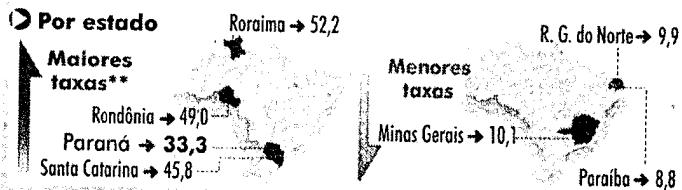
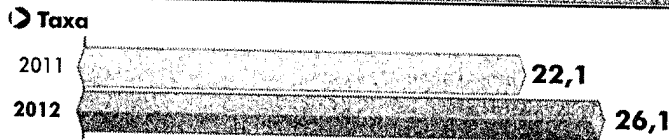
SEGURANÇA PÚBLICA

Violência no Brasil

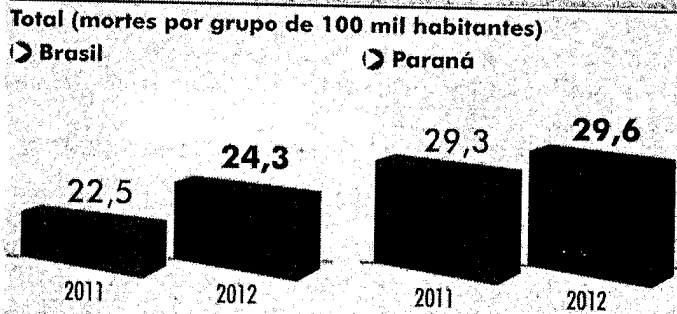
CASOS DE VIOLÊNCIA (mil)



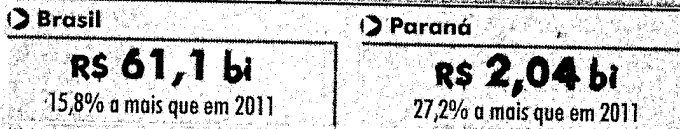
ESTUPROS (casos por 100 mil habitantes)



HOMICÍDIOS DOLOSOS*



GASTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA



(*) Homicídios com intenção de matar
 (**) O Fórum Brasileiro de Segurança Pública ressalva que esses três estados estão no chamado "grupo 2" de qualidade de informação, o que significa que os índices de fato podem ser ainda piores

Obs.: Dados da 7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública
 Fontes: Agência Brasil, FBSP/GRAFFO Folha Arte

CONTINUA

05 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Núcleo do MP vai atender vítimas em Curitiba

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A partir de amanhã o Ministério Público do Paraná (MPPR) passa a oferecer um serviço de apoio e acolhimento para que vítimas de estupro (tanto mulheres quanto homens) possam superar o trauma e romper o silêncio, denunciando os autores dos crimes. Para isso foi criado o Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro (Naves), que entra em funcionamento na capital. Conforme o MPPR, a ideia é encorajar as vítimas que, com frequência, não denunciam as agressões sexuais, seja por medo ou vergonha.

De acordo com a procuradora de Justiça, Rosângela Gaspari, que atua na 4ª Procuradoria de Justiça Criminal e que coordenará o núcleo, o objetivo é prestar assistência às vítimas, mediante orientação jurídica e apoio psicológico para minimizar os danos da agressão. Além disso a proposta é oferecer o amparo para dar continuidade às denúncias.

"Em muitos casos a vítima

vai até o hospital ou nem chega a ser atendida e desiste de levar as investigações adiante porque se sente insegura. E a impunidade acaba sendo uma consequência deste comportamento. Queremos mudar este cenário", ressaltou a promotora.

O núcleo fará o acompanhando das investigações (inquéritos policiais) e das medidas cautelares relacionadas a crimes de estupro

Objetivo é garantir orientação jurídica e apoio psicológico

praticados em Curitiba, com o oferecimento das respectivas denúncias para maior rapidez nos processos e a responsabilização dos autores. Contará, ainda, com o auxílio de uma psicóloga, para atender as vítimas. "Muitas vezes é difícil para a pessoa vir até o MP e também comparecer nas audiências porque ela acaba revivendo tudo aquilo que queria esquecer. E o núcleo vem para reerguer ou re-

forçar a confiança da vítima, tanto para manter a denúncia para que o culpado seja punido, quanto para conseguir prosseguir com sua própria vida", afirmou a psicóloga do Naves, Erica Eiglmeier.

Segundo o MPPR, não serão de atribuição do Naves situações que envolvam crianças e adolescentes e violência doméstica, por serem abrangidos por outras promotorias especializadas (Núcleo de Gênero e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além da 12ª e 13ª Promotorias de Justiça).

Somente na capital, conforme dados do MPPR, há 100 investigações de estupro em andamento e 200 em fase de ação penal. Para a formação de um quadro estatístico sobre casos de estupro mais próximo da realidade, o Naves também terá como objetivo a consolidação das informações sobre atendimentos a vítimas de estupro. Esse serviço reunirá dados do Instituto Médico Legal (IML), das polícias Civil e Militar, dos hospitais e do Poder Judiciário.

05 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Aumento dos estupros

*A não
comunicação de
crimes como esses, só
colabora para que os
agressores continuem
a praticar esses atos*

Dados do 7º Anuário de Segurança Pública apontam que o Brasil ainda comete grande violência contra as mulheres. Apesar dos avanços legais, o número de estupros cresceu 18,17% no ano passado na comparação com 2011. No País, foram registrados cerca de 50,6 mil casos, o que corresponde a 26,1 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Há dois anos, a taxa registrada foi de 22,1.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, o total de estupros superou o de homicídios dolosos (com intenção de matar). Naquele mesmo ano foram 47,1 mil mortes; o número subiu de 22,5 mortes por grupo de 100 mil habitantes (2011) para 24,3 (2012), alta de 7,8%. Os Estados com os maiores índices foram Roraima, Rondônia e Santa Catarina. No Paraná, foram registrados 3.523 casos, uma taxa de 33,3 por 100 mil habitantes – portanto, acima da média nacional. O levantamento foi feito a partir do cruzamento e da consolidação das informações da Secretaria do Tesouro Nacional, do Minis-

tério da Fazenda e da Secretaria da Fazenda das 27 unidades da federação.

No entanto, a pior notícia é que esses números podem ser ainda maiores. Se por um

lado o acesso à informação contribuiu para uma maior notificação dos casos, questões culturais – como vergonha, medo dos agressores, traumas gerados pela violência e dificuldades para formalizar as denúncias – ainda são fatos bastante comuns. E, nesse sentido, há muito a avançar. A não comunicação de crimes como esses, só colabora para que os agressores continuem a praticar esses atos.

Outro ponto que precisa ser melhorado é o acolhimento às vítimas. É preciso humanizar o atendimento, fazer com que as mulheres ou a família se sintam seguras para formalizar a denúncia, além de oferecer apoio psicológico. Também é preciso capacitar melhor os profissionais envolvidos, tanto da rede de saúde como da polícia. Esse primeiro contato da vítima fará toda a diferença e pode encorajá-la a prosseguir com as denúncias.

05 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Processado

Os desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná aceitaram a denúncia criminal do Ministério Público (MP) contra o deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB). Além de responder a uma ação penal por lesão corporal culposa (quando não há a intenção de causar o dano), o parlamentar é acusado de prestar falsas informações sobre o atropelamento de um adolescente de 14 anos, ocorrido em 2011. O TJ não informou detalhes sobre o andamento processual, já que o caso tramita em segredo de Justiça.

Versões

Segundo o inquérito, Ribeiro e dois assessores criaram uma versão falsa sobre o acidente para afastar o deputado de qualquer responsabilidade. "É de fundamental importância que (o TJ) acate, que aceite (a denúncia), que a verdade apareça e que a Justiça sempre prevaleça. Não tenho nenhum temor em relação a isso. Nos autos não consta nada contra esse parlamentar", afirmou Ribeiro.

05 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Maluf é condenado por desvios em obra

Decisão colegiada deixa
deputado federal inelegível por
cinco anos e o obriga a pagar
multa de R\$ 42 milhões

Mario Cesar Carvalho e
Diógenes Campanha
Folhapress

São Paulo - O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) foi condenado ontem no Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar uma multa de R\$ 42,3 milhões por desvios que ocorreram na construção do túnel Ayrton Senna. Com isso, Maluf não poderá disputar eleições nos próximos cinco anos por ter sido condenado por um órgão colegiado. A decisão foi unânime. Três desembargadores votaram contra Maluf. Cabe recurso à decisão.

A Lei da Ficha Limpa estabelece que políticos condenados por um colegiado em razão de crimes contra a administração pública ficam excluídos de disputas eleitorais.

A multa terá de ser paga solidariamente por Maluf, Reynaldo de Barros, que era presidente da Emurb na época, Constran e CBPO. Três funcionários da Emurb também foram condenados. Eles terão de pagar multa de R\$ 21 milhões mais 10% de multa.

A desembargadora Teresa Ramos Marques considerou que Maluf foi responsável pelo superfaturamento da obra,

inaugurada em 1995. Segundo o voto dela, não há dúvidas de que Maluf acompanhou a construção do túnel e autorizou a suplementação de verbas.

"É óbvio que Maluf sabia sobre os valores superfaturados. O túnel Ayrton Senna era a obra mais importante da administração dele", disse o promotor Roberto Livianu, que sustentou o voto da acusação.

Outro lado

A defesa de Maluf sustentou que ele não poderia ser condenado porque não assinara nenhum documento autorizando pagamentos.

Em nota, a assessoria de Maluf nega que ele tenha se tornado "ficha-suja" e afirma que vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No texto, os advogados de Maluf sustentam que, para ser enquadrado pela Lei da Ficha Limpa, o deputado teria que ser condenado pela "prática de ato doloso" e por enriquecimento ilícito.

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» CURITIBA

TJ-PR suspende feriado do Dia da Consciência Negra

TJ suspende o feriado do Dia da Consciência Negra na capital

¶ Promulgada em janeiro pela Câmara Municipal, a lei que estabelece a data de 20 de novembro como feriado do Dia da Consciência Negra em Curitiba foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Paraná. A decisão, que atende a pedido da Associação Comercial, tem caráter provisório e ainda cabe contestação.

Órgão determinou a suspensão dos efeitos da lei municipal depois do pedido da ACP e do Sindicato da Construção Civil. Decisão do tribunal pode ser contestada

Thomas Rieger,
especial para a Gazeta do Povo

¶ O dia 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra no Brasil, não será mais feriado em Curitiba. A decisão foi tomada pela maioria dos votos do Órgão Especial do Tribunal

de Justiça do Paraná (TJ-PR) ontem, que acatou o pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR). A decisão ocorreu no mesmo dia em que a lei foi promulgada pela Câmara de Vereadores de Curitiba.

De acordo com o site do TJ, a decisão "é de caráter provisório, uma vez que o mérito sobre a inconstitucionalidade da referida lei será apreciado oportunamente". Sendo assim, um julgamento deve ser marcado para analisar a situação e é possível que uma nova liminar conteste a decisão.

O projeto

O feriado se tornou lei no início de 2013, a partir de um projeto do ex-vereador Clementino Vieira (PMDB) que alterou a Lei Municipal 10.921 de 2003 que fala sobre o combate ao racismo em Curitiba.

À época, a ACP já havia manifestado ser contrária à ideia, considerando não apenas os prejuízos econômicos, mas também um "tratamento desigual" a outras etnias de Curitiba.

A justificativa da ACP para o pedido se baseava no fato de que o feriado é inconstitucional e também danoso para o comércio da cidade, que deixaria de arrecadar

em torno de R\$ 160 milhões com o recesso. A associação foi procurada para comentar a decisão do tribunal, mas informou, via assessoria de imprensa, que o presidente Edson José Ramon estava em viagem e que ninguém poderia se manifestar.

No dia 30 de outubro, Ramon disse à *Gazeta do Povo* que o recesso era "contrário aos interesses da nação".

O fundador da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP), Nivaldo dos Santos Arruda, criticou a decisão do tribunal, a qual chamou de "racismo institucional" e de "palhaçada". "O feriado é representativo para reconhecer todo um processo histórico de luta por respeito. Essa decisão foi tomada por uma minoria que não representa a população, mas o poder econômico", argumenta.

1.047 MUNICÍPIOS

em todo o país celebram o Dia da Consciência Negra como feriado, de acordo com um levantamento de 2012 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). No Paraná, o dia 20 de Novembro é feriado em Londrina e Guarapuava.

05 NOV 2013

Celso Nascimento GAZETA DO POVO

Paraná é o 4.^o maior devedor

Afinal, qual é o montante da dívida do Paraná representada por precatórios? Quase R\$ 5 bilhões ou mais de R\$ 11 bilhões? O primeiro valor é o calculado oficialmente, mas sobre o qual há tantas incertezas que se chega a admitir que alcance os astronômicos R\$ 11 bilhões — conforme o próprio estado reconheceu no corpo de uma ação judicial que impetrou no STF para contestar o prazo de 15 anos que o CNJ fixou para pagamento de precatórios.

Mas já nem importa mais se são R\$ 5 bilhões ou se são R\$ 11 bilhões, pois seja qual for o montante, o governo estadual não tem mesmo como garantir sequer o prazo para honrar os débitos a que foi condenado pela Justiça. O que importa, neste caso, é saber que, mesmo considerando o valor mínimo, o Paraná acaba de ser incluído pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) entre os dez estados com o mais alto índice de endividamento com precatórios, segundo relatório conhecido ontem: seu débito corresponde a 21% da receita líquida anual.

Pela lei, os estados deveriam reservar 2% do orçamento de cada ano para pagar precatórios. Já não obedeciam. Agora, por sugestão do STF (ainda não referendada), o índice passaria para 3%. Claro que também não vai dar. Muito menos para cumprir os prazos que o STF considerou “razoáveis”: os precatórios já existentes seriam pagos até 2018; os que surgirem até 2018, em cinco anos; e os de depois de 2018, no ano seguinte à respectiva inscrição orçamentária.

Segundo o relatório da STN, nos dez estados que mais devem precatórios, o total é maior do que 10% da receita líquida corrente anual, índice muito acima do limite técnico considerado como de “fácil convergência”, ou seja, quando há condições mais favoráveis para pagamento, sem prejudicar investimentos.

Pois bem: a dívida com precatórios do governo paranaense, de 21% da receita líquida, é a 4.^a maior do país — abaixo apenas das do Distrito Federal, Rondônia e Piauí. E agora a situação dramática: segundo técnicos do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), estados que devem acima de 20% estão em situação crítica, incapazes de zerar o que já devem em prazo inferior a 15 anos, sem considerar as novas dívidas que surgem todos os dias.

Enquanto isso, além dos precatórios quase impagáveis, o Paraná se vê agora em outra situação incômoda: achou que estava bem perto de pegar os empréstimos que tem pendurados na STN à espera de aval da União, mas permanece tecnicamente impossibilitado de alcançá-los. Resolveu algumas pendências, mas a principal delas — gastos com pessoal acima do que permite a Lei de Responsabilidade Fiscal — não será solucionada tão logo.

A esperança nasceu quando da visita da presidente Dilma Rousseff na semana passada, que aventou a hipótese de liberar os empréstimos em troca do compromisso do governo estadual de participar do financiamento das obras do metrô. O governador chegou até a comemorar no discurso que fez perante a presidente.

CONTINUA

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para viabilizar a possibilidade, enviou a Brasília sua secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, que, com a ajuda do ex-secretário Luiz Carlos Haully, tentou convencer o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, a facilitar a liberação dos financiamentos. Até ontem à noite não havia notícia confirmando a liberação.

É a segunda vez, em poucos meses, que o governo estadual se vê diante de situação parecida: o ex-presidente do Tribunal de Justiça, Clayton Camargo, prometera transferir coisa de R\$ 2 bilhões em depósitos judiciais não tributários para o caixa único do governo assim que seu filho, Fabio Camargo, fosse nomeado conselheiro do Tribunal de Contas. A nomeação saiu, mas as “facilidades” ofertadas por Clayton bateram na trave: o CNJ considerou-as ilegais.

OLHO VIVO

Controvérsia 1

Os ex-diretores da Urbs, em cuja gestão foi feita a licitação do transporte coletivo de Curitiba, brandem o argumento de que não há mais o que se discutir sobre a legalidade da concorrência. Eles citam a decisão judicial que, em março deste ano, condenou (por litigância de má-fé) os autores de uma ação popular que afirmava ter havido direcionamento na licitação para beneficiar as mesmas empresas que já prestavam há 50 anos o serviço na cidade.

Controvérsia 2

Mas há controvérsias: embora a própria Urbs considerava que nada há a fazer para anular a licitação, tem gente no Tribunal de Contas que pensa de modo contrário. A decisão do Tribunal de Justiça – segundo esta interpretação – foi no sentido apenas de arquivar a ação sem julgamento de mérito. E que, portanto, a questão continua em aberto e pode ser retomada por quem de direito.

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

**Reinaldo
Bessa**

Terno e toga

O juiz Fábio Haick Dalla Vecchia toma posse como desembargador no Tribunal de Justiça do Paraná, em cerimônia hoje, às 17 horas. Depois, recebe colegas, amigos e familiares para uma festa reservada no Graciosa Country Club. Dalla Vecchia foi promovido por merecimento e ocupará a vaga deixada pelo desembargador Augusto Lopes Côrtes, falecido no mês passado.

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

STJ: é do credor a obrigação de limpar o nome do consumidor

O ônus da baixa da indicação do nome do consumidor de cadastro de proteção ao crédito é do credor, e não do devedor. Essa é conclusão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O entendimento é consequência de recurso de uma empresa de crédito contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) que a condenou ao pagamento de indenização no valor de

R\$ 5 mil por danos morais, em razão de ter mantido indevidamente o nome de um consumidor em cadastros de proteção ao crédito. No STJ, a empresa pediu que o entendimento do tribunal de origem fosse alterado. Alegou que o valor fixado para os danos morais era excessivo. Entretanto, a Quarta Turma manteve a decisão da segunda instância, com base nos artigos 43 e 73 do Código de Defesa do Consumidor. Este último caracteriza como crime a falta de correção imediata dos registros de dados dos consumidores.

NOTAS POLÍTICAS

Mensalão mineiro

Um dos réus do mensalão mineiro, o senador Clésio Andrade (PMDB-MG) reafirmou sua candidatura ao governo de Minas Gerais no ano que vem. O anúncio foi feito durante encontro na sede do PMDB mineiro, ontem, em Belo Horizonte. O PT já lançou o ministro Fernando Pimentel à sucessão do Palácio da Liberdade em 2014. O sonho dos petistas é coligar com o PMDB. "Nossa candidatura está colocada, esse quadro é irreversível", declarou Clésio.

Novo Código

A votação do projeto de lei do novo Código de Processo Civil deve ser votado hoje pelo plenário da Câmara dos Deputados. O novo Código deve ser votado por blocos para facilitar o debate dos pontos nos quais há divergências e a apresentação de destaques ao texto. Na última quarta-feira, os deputados tiveram acesso ao novo texto do relator, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), mas não houve tempo para estudar as mudanças antes da votação.

Academia Brasileira de Letras entra no processo contra censura de biografias

A Academia Brasileira de Letras (ABL) vai entrar nesta semana como 'amicus curiae' na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), no processo movido pelos editores de livros no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a censura prévia nas biografias. Isso significa que a ABL, mesmo não fazendo parte do caso, voluntariamente se oferecerá informações que possam ajudar a corte a decidir. Com isso, a entidade fará parte da ação e se manifestará formalmente a favor da tese da Adin nos autos. Ela também vai se manifestar quando a ação for julgada pelo plenário do STF. A iniciativa foi apoiada pelos imortais em votação semana passada.

MP-PR exige que governo faça estudo por ponte na Baía de Guaratuba

A pressão para que a ponte sobre a Baía de Guaratuba saia do papel chegou à justiça. A 1ª Promotoria de Justiça de Guaratuba ajuizou uma ação civil pública exigindo que o governo do Estado do Paraná, por meio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), dê início ao procedimento licitatório para a realização de estudo sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto. A ação sustenta que o ferryboat, único meio para atravessar a baía, apresenta problemas e não suporta mais o alto fluxo. O DER afirma que já está estudando a licitação para o projeto e deve lançar no primeiro trimestre de 2014 a concorrência para a construção da ponte sobre a baía.

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» PIRAQUARA

Após 2 anos, chacina segue sem solução

Diego Ribeiro

Está nas mãos da Justiça o destino dos quatro réus suspeitos de terem matado cinco pessoas — entre elas o ambientalista Jorge Grando — em abril de 2011. Mais de dois anos depois, há ainda muitas dúvidas sobre a tese da investigação policial, que apontou a ex-mulher de Grando como mandante do crime para roubar certa quantia que estaria guardada na chácara onde ocorreu a chacina.

Mesmo com testemunhas “sigilosas” apontando a solução para o caso para este caminho, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) pediu a absolvição dos réus. De acordo com nota emitida pelo MP, o motivo é a ausência de provas — tanto testemunhais quanto periciais — para a condenação dos acusados.

A promotoria de Piraquara sustenta que, além da negação de autoria dos réus, as provas periciais coletadas não conseguiram sustentar a acusação. Além disso, as testemunhas não confirmaram as declarações concedidas na fase de inquérito policial.

A Justiça de Piraquara terá dez dias, a partir da próxima sexta-feira, para se pronunciar sobre a absolvição ou não dos réus. O processo está

nas mãos de um dos advogados de defesa dos acusados.

Começo do zero

Com a possibilidade de a Justiça aceitar a absolvição dos réus, as chances de a polícia ter que começar a investigação do zero é grande. Segundo policiais ouvidos pela reportagem, a probabilidade de encontrar os culpados pelo crime, caso recomece a investigação, diminui consideravelmente já que as informações mais importantes em apurações de homicídios são encontradas, na maioria das vezes, nas primeiras 48 horas após o crime.

O delegado que conduziu o inquérito, Amadeu Trevisan, afirmou que não deve ter sido mantido o sigilo necessário e a proteção às testemunhas para que elas confirmassem suas declarações.

“Trabalhei nove meses neste caso. Demorei a conseguir que eles falassem. O maior obstáculo na investigação foi o medo das testemunhas e a falta de preservação do local do crime”, conta.

Pressão sem efeito

Quando o crime completou um ano, alguns dos ambientalistas chegaram a cobrar do governo estadual e pedir ajuda ao Ministério da Justiça para que o caso fosse resolvido. A princípio, a pressão não surtiu efeito. Na época, até a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná também pediu esforços redobrados para o caso.

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

PR gasta mais com segurança, mas mortes não recuam

Anuário de Segurança Pública mostra que incremento de 27% nos gastos em 2012 não foi suficiente para diminuir número de homicídios

Da Redação

Os gastos com segurança pública do Paraná chegaram aos R\$ 2,04 bilhões em 2012, um incremento de 27,21% em relação ao ano anterior. Mesmo assim, o estado presenciou também um avanço no total de homicídios dolosos (com intenção de matar) e latrocínios. Os dados estão na 7.^a edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Os detalhes do estudo serão apresentados hoje de manhã, em São Paulo.

Segundo o levantamento, o Paraná ampliou em

30,67% seus gastos com policiamento e 32,66% com inteligência e informação, destinando, respectivamente, R\$ 1,89 milhão (mais do que a União, que gastou 1,43 milhão) e R\$ 31,1 milhões com cada subfunção. O estado, entretanto, reduziu seus gastos com defesa civil. Em 2001, a pasta havia consumido R\$ 129,68 milhões do total destinado a segurança pública no Paraná. Em 2012, esse montante foi de R\$ 114,37 milhões, representando uma retração de 11,81%.

Crime

Apesar do aumento dos gastos com segurança pública como um todo, a taxa de mortes a cada 100 mil habitantes subiu de 29,3, em 2011, para 29,6 em 2012, um impulso de 1%, segundo o estudo. No total, foram 3.135 mortes em 2012. No mesmo período, o total de latrocínios (roubo seguido de morte) subiu de 88 para 111, um avanço de 25,4% que elevou a taxa de 0,8 para 1 a cada grupo de 100 mil habitantes.

Além disso, o Paraná foi o estado brasileiro que mais

registrou roubos a instituições financeiras em 2012. No total, foram 475 ocorrências desse tipo — um avanço de 29,78%. De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), entre essas ocorrências estão incluídas o furto e roubo em ambiente bancário e até em caixas eletrônicos. Segundo a pasta, furtos a clientes dentro da instituição bancária também são contabilizados, o que explicaria o alto número de roubos divulgado pelo anuário.

Contraponto

Quanto ao balanço dos homicídios, a Sesp contesta o levantamento e diz que os números do anuário já estão defasados. A pasta esclarece que, de janeiro a setembro deste ano, os homicídios dolosos caíram 17,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Neste ano já foram registrados nos nove meses 1.907 homicídios, enquanto em 2012 foram contabilizados 2.310 assassinatos. Segundo a Sesp, essa queda é um reflexo do aumento de investimento nos últimos anos.

CONTINUA

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VIOLÊNCIA SEXUAL

Casos de estupro cresceram 18% no país, aponta anuário

O número de estupro no Brasil subiu 18,17% em 2012, na comparação com o ano anterior, conforme o 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em todo o país, foram registrados 50,6 mil casos, o correspondente a 26,1 estupro por grupo de 100 mil habitantes. Em 2011, a taxa era de 22,1.

Os estados com as maiores taxas de estupro para cada 100 mil habitantes foram Roraima, Rondônia e Santa Catarina. As menores taxas, por sua vez, ocorreram na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Minas Gerais. No Paraná, foram regis-

trados 3.523 casos de estupro em 2012, o equivalente a uma taxa de 33,3 estupro a cada 100 mil habitantes.

Segundo dados do documento, o total de estupro em todo o país – 50,6 mil casos – superou o de homicídios dolosos (com intenção de matar). Foram registradas 47,1 mil mortes por homicídio doloso em 2012, subindo de 22,5 mortes por grupo de 100 mil habitantes em 2011, para 24,3 no ano passado, uma alta de 7,8%.

Alagoas continua liderando o ranking de homicídios dolosos com 58,2 mortes por grupo de 100 mil habitantes. No grupo de estados com as menores taxas de morte por grupo de 100 mil habitantes estão Amapá (9,9), Santa Catarina (11,3) e São Paulo (11,5).

22 MIL PRESOS

foi o total da população carcerária do Paraná contabilizada em 2012 – um aumento de 7,6% em relação a 2011. Enquanto o Brasil tem, em média, 38% dos detidos aguardando julgamento, no Paraná esse número é de apenas 12,2%, menor média do país.

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Maluf

é condenado por desvios em SP e fica inelegível por 5 anos

Ex-prefeito terá de pagar R\$ 42,3 milhões por desvios durante a construção do túnel Ayrton Senna e não poderá se candidatar até 2018

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) foi condenado ontem no Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar uma multa de R\$ 42,3 milhões por desvios que ocorreram na construção do túnel Ayrton Senna. Com isso, com base na Lei da Ficha Limpa, Maluf não poderá disputar eleições nos próximos cinco anos, por ter sido condenado por um órgão colegiado. A decisão foi unânime. Três desembargadores votaram contra Maluf. Cabe recurso à decisão.

A Lei da Ficha Limpa estabelece que políticos condenados por um colegiado em razão de crimes contra a administração pública ficam excluídos de disputas eleitorais.

A multa terá de ser paga solidariamente por Maluf, Reynaldo de Barros, que era presidente da Emurb na época, Constran e CBPO. Três funcionários da Emurb também foram condenados. Eles terão de pagar multa de R\$ 21 milhões mais 10% de multa.

A desembargadora Teresa

Ramos Marques considerou que Maluf foi responsável pelo superfaturamento da obra, inaugurada em 1995. Segundo o voto dela, não há dúvidas de que Maluf acompanhou a construção do túnel e autorizou a suplementação de verbas. "É óbvio que Maluf sabia sobre os valores superfaturados. O túnel Ayrton Senna era a obra mais importante da administração dele", disse o promotor Roberto Livianu, que sustentou o voto da acusação.

A defesa de Maluf sustentou que ele não poderia ser condenado porque não assinara nenhum documento autorizando pagamentos.

Em nota, a assessoria de Maluf nega que ele tenha se tornado "ficha-suja" e afirma que vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). No texto, os advogados de Maluf sustentam que, para ser enquadrado pela Lei da Ficha Limpa, o deputado teria que ser condenado pela "prática de ato doloso" e por enriquecimento ilícito.

Impunidade

Ao comentar a condenação de Maluf, o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, disse que o caso comprova a tese dele de que processos contra criminosos endinheirados no Brasil só terminam "em menos de 20 anos, se o acusado quiser". Hage fez a declaração depois de participar, no início da tar-

de, do 1º Fórum Regulatório da América Latina.

"Eu fui juiz durante 12 anos. O problema não são os juizes. O problema é a legislação processual brasileira, que não tem paralelo no mundo em matéria das possibilidades infinitas de recursos. Eu sempre disse que um processo no Brasil contra um criminoso de colarinho branco endinheirado só termina em menos de 20 anos se ele quiser. Se não quiser, não termina", afirmou Hage. "Outros milhões de processos vão demorar sempre 20 anos como esse que está mencionando. Para mim, não há nenhuma surpresa nisso."

A solução, diz Hage, é fazer uma revisão dos Códigos de Processo Penal e Civil para limitar o número de recursos à disposição dos réus. "Estou rouco de dizer isso. Tem 10 anos que eu falo disso", afirmou. O ministro defendeu a aprovação da proposta de emenda constitucional apelidada de PEC dos Recursos. "Com a atuação do Ministério Público cada vez mais intensa e a cobrança da opinião pública, é possível que consigamos que o Congresso aprove algumas mudanças, pelo menos aquela constantes da PEC dos Recursos que retira o efeito suspensivo dos dois últimos recursos: o especial e o extraordinário. Isso já seria um avanço."

05 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Encontro discute prevenção à corrupção



Katna Baran

Fiscalizar a gestão e o destino do dinheiro público pode não ser tarefa fácil. Muitos se sentem estimulados, mas, com alguns percalços (como não entender o conteúdo dos documentos), acabam desistindo. Os interessados em participar do controle social de atores públicos podem participar, hoje, de palestras e oficinas no 4º Encontro Nacional de Observatórios Sociais, que ocorre desde ontem em Curitiba.

O objetivo do evento é incentivar e transmitir boas práticas de prevenção à corrupção com a reunião de representantes dos 77 observatórios da rede, espalhados por 14 estados do Brasil. "A gente conhece o trabalho de cada um, dentro da sua realidade, trabalhando ao seu modo, mas todos dentro de um padrão", explica a presidente do

Observatório de Medianeira, Gilvete Maria Dal Vesco.

O padrão de trabalho dos observatórios é um dos temas do encontro. "Não pode haver filiação partidária dos envolvidos e é preciso integrar o maior número de entidades da sociedade civil do município. São normas fundamentais, pois queremos crescer com passos firmes e não perder o controle", aponta o presidente do Observatório Social do Brasil (OSB), Ater Cristófoli. Os núcleos municipais também não podem receber dinheiro público e dependem de apoio financeiro da sociedade civil.

História

A trajetória dos Observatórios Sociais iniciou em Maringá, em 2005, diante de escândalos de corrupção. A ideia se espalhou pelo Brasil e tem formado uma rede de prevenção. Em 2012, a OSB conseguiu impedir que R\$ 305 milhões escoassem dos cofres municipais. Só em Ponta Grossa, foram economizados R\$ 30 milhões com o acompanhamento de apenas 22,5% das licitações. "Uma cadeira foi comprada por R\$ 165, mas a prefeitura estava se dispondo a pagar R\$ 365", conta o presidente do Observatório dos Campos Gerais, Ney da Nóbrega Ribas. "Se não fizéssemos esse acompanhamento, será que o recurso teria sido economizado?"

SERVIÇO:

O 4º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais vai até amanhã e acontece no Campus da Indústria (Av. Comendador Franco, 134). As palestras e oficinas ocorrem hoje, das 8h30 às 20h, e amanhã, das 9h às 18h. Mais informações: <http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/>

Congresso debate os efeitos das manifestações de junho pelo país

Yuri Al'Hanati

O Congresso da Primavera, evento realizado pela seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), que marcou o primeiro dia da Semana da Cidadania, teve pouco público, mas trouxe discussões pertinentes para o atual momento do Brasil. Essa é a avaliação da advogada Zuleika Loureiro Glotto, uma das organizadoras do encontro. "Os deputados do Paraná, que disseram estar atentos ao chamado das ruas, não fizeram sequer uma audiência pública para consultar a população sobre suas demandas. É lamentável, mas fica nesse primeiro dia a intenção clara das entidades de contribuir para o debate", declarou.

Focados nas manifestações de junho, os debates trouxeram convidados como o sociólogo Demétrio Magnoli, que deu um panorama geral da situação política do Brasil a partir dos protestos, e o ex-ministro do Superior Tribunal Eleitoral Torquato Jardim, que abordou o impacto das Jornadas de junho no papel da política eleitoral. "Vimos nas ruas uma manifestação quantitativamente grande, e qualitativamente também, e isso não afetou o processo eleitoral. O padrão político é o mesmo, e os donos do poder são os mesmos", afirmou.

Serviço

A programação da Semana da Cidadania segue hoje e amanhã por conta do Sistema Fiep, que traz o Fórum Internacional Transparência e Competitividade, e termina na sexta-feira com a mesa redonda "A Crise de Representatividade da Democracia Brasileira e a Jurisdição Eleitoral: Ativismo ou Auto-contenção?", no auditório da pós-graduação da Universidade Positivo.

05 NOV 2013

Consciência Negra

BEMPARANÁ

Tribunal de Justiça do Paraná suspende feriado em Curitiba

Ação foi ajuizada pela Associação Comercial do Paraná que alega prejuízo de R\$ 160 milhões à economia local

Ana Ehlert

Por 17 votos a cinco o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu o feriado da Consciência Negra em Curitiba. A Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), ajuizada pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), foi analisada ontem pelo TJ, que determinou a suspensão dos efeitos da lei que instituiu o feriado municipal do Dia da Consciência Negra, comemorado no próximo dia 20 de novembro.

A ACP argumenta que a instauração do feriado traria prejuízos ao comércio local, sendo a favor da promoção de eventos culturais que lembrem a data, mas paralisar o comércio nesse dia traria um prejuízo de R\$ 160 milhões à economia local. O cálculo foi feito com base no Produto Interno Bruto do município, dividido pelo número de dias úteis. A suspensão foi tomada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

A lei municipal que criou o feriado do Dia da Consciência Negra foi aprovada na Câmara Municipal no dia 27 de novembro do ano passado. No entanto, o presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Paulo Salamuni (PV), promulgou a lei no dia 11 de janeiro. O projeto de lei, de autoria do ex-vereador Clementino Vieira, foi aprovado na Casa e, depois, enviado para sanção ou veto do então prefeito Luciano Ducci (PSB). Porém, ele não se manifestou no prazo máximo de 15 dias.

Na época, a assessoria da Prefeitura informou que a atual administração não foi comunicada pela equipe de transição de Ducci a respeito do posicionamento sobre a lei. O prazo para manifestação do atual prefeito Gustavo Fruet (PDT) terminou no dia 4 de janeiro sem que fosse sinalizada uma posição. Por isso, o feriado foi promulgado por uma sanção "tácita" da norma.

O presidente da Câmara afirmou em janeiro que, diante da falta de sanção ou veto, não havia alternativa, a

não ser a promulgação da lei. "A decisão agrada ou desagradada, mas tem que ser tomada, por isso decidi pela manifestação dos vereadores, que aprovaram a lei em dois turnos", disse Salamuni, que também votou favorável ao projeto na ocasião.

MANIFESTO

Contrário

A ACP já havia se manifestado contrária ao feriado, alegando prejuízos econômicos para a cidade e "tratamento desigual" a outras etnias que habitam a capital. No dia seguinte a aprovação, um anúncio foi encartado nos jornais da Capital, no qual o presidente da ACP, Edson José Ramon, se posicionava contrário ao feriado.

05 NOV 2013

BEM PARANÁ

**KARLOS
KOHLBACH**

Novo desembargador

O juiz Fábio Haick Dalla Vecchia toma posse hoje como desembargador no Tribunal de Justiça do Paraná. A cerimônia está marcada para a sala do Pleno, às 17h, e deve contar com a presença de magistrados, outras autoridades, servidores, amigos e familiares. O magistrado, promovido por merecimento, foi eleito há duas semanas e ocupa a vaga deixada pelo desembargador Augusto Lopes Côrtes, falecido no mês passado.

EM ALTA



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou ontem o Censo Nacional dos Magistrados. A pesquisa foi criada para definir o perfil dos 17 mil magistrados que atuam em 91 tribunais e três conselhos do Judiciário brasileiro. O formulário ficará disponível no site do CNJ até o dia 13 de dezembro.

EM BAIXA



O ex-prefeito de São Paulo e ex-governador do Estado Paulo Maluf (PP-SP), 82, foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, ontem, pelo superfaturamento das obras do túnel Ayrton Senna, quando esteve à frente do executivo municipal, de 1993 a 1996.

05 NOV 2013

BEMPARANÁ

Estupro

Curitiba tem 300 inquéritos

Em Curitiba, segundo dados do Ministério Público do Paraná (MP-PR), há 100 investigações de estupro em andamento e 200 em fase de ação penal. Para a formação de um quadro estatístico sobre casos de estupro mais próximo da realidade, o MP-PR inaugura amanhã o Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro (Naves).

O Naves também terá como objetivo a consolidação das informações sobre atendimentos a vítimas de estupro. Esse serviço reunirá da-

dos do Instituto Médico Legal, das Polícias Civil e Militar, dos hospitais e do Judiciário. Também pretende ajudar essas pessoas a superar o trauma e a romper o silêncio.

“A ideia do núcleo surgiu da constatação de que muitos casos de estupro não são denunciados porque as vítimas se sentem sozinhas. Elas não contam o ocorrido nem para as pessoas próximas, como familiares e amigos, e se sentem constrangidas e com medo de procurar a polícia.

Queremos mudar isso e mostrar que estamos junto delas”, explicou a procuradora de Justiça Rosângela Gaspari.

O núcleo fará o acompanhando das investigações (inquéritos policiais) e das medidas cautelares, relacionadas a crimes de estupro praticados na capital, com o oferecimento das respectivas denúncias, para maior rapidez nos processos e a responsabilização dos autores. Contará, ainda, com psicóloga, para atender as vítimas.

Campo Largo

MP-PR

A 1ª Promotoria de Justiça de Campo Largo requereu na semana passada o cumprimento de uma decisão judicial que determina que a Concessionária de Rodovias Rodonorte cesse qualquer tipo de ato de ameaça ou violência, para exigir que os moradores dos entornos da obra de duplicação da BR-277, em Campo Largo, deixem as suas moradias.

05 NOV 2013

BEMPARANÁ

Corrupção

Justiça mantém condenação de Maluf

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) confirmou ontem a condenação que havia sido imposta em 1ª instância ao ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (1993-1996), por improbidade administrativa. A Corte manteve suspensão dos direitos políticos de Maluf por 5 anos, mas ele pode recorrer. A sanção só terá validade se a condenação for definitiva, ou seja, transitado em julgado.

O ex-prefeito foi condenado pela Justiça da Fazenda Pública, sob a acusação de superfaturamento na construção do Túnel Ayrton Senna, polêmica obra de sua gestão na Prefeitura de São Paulo. Segundo o Ministério Público Estadual, os valores superfaturados abasteceram contas do ex-prefeito na Suíça. Em seu voto, a relatora bate pesado em Maluf. Segundo ela, ao nomear o engenheiro Reynaldo de Barros para ocupar dois cargos simultaneamente - presidente da antiga Empresa Municipal de

Urbanização (Emurb) e secretário municipal de Vias Públicas -, o ex-prefeito "obteve um afrouxamento no controle dos pagamentos".

"Ao menos com culpa por negligência agiu o prefeito", assinala a relatora. "E certamente se trata de culpa grave, considerando o vulto das cartas de cobrança emitidas pela empresa pública a serem conferidas na Secretaria responsável pela emissão da nota de empenho. Diante da gravidade do ilícito, extensão do dano causado, assim como do proveito patrimonial obtido, não se mostra excessiva a condenação ao ressarcimento integral do dano, pagamento de multa, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, suspensão dos direitos políticos por 5 anos."

Ontem, a 10ª Câmara de Direito Público, do TJ-SP confirmou a sentença de primeiro grau. A defesa do ex-prefeito informou que vai recorrer da decisão.

05 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO À Justiça, SP diminui meta para creches

Secretaria se compromete a criar só
46% das vagas prometidas por Haddad

Paulo Saldaña

Enquanto a promessa de campanha do prefeito Fernando Haddad (PT) prevê a criação de 94 mil vagas em creches, a Secretaria Municipal de Educação apresentou ontem a disposição de se comprometer judicialmente com a criação de 43 mil vagas – ou 46% do total que está no Plano de Metas. A proposta foi considerada um “retrocesso” pelo grupo de entidades à favor da educação infantil que participou ontem de audiência no Tribunal de Justiça.

Essa foi a primeira vez que o judiciário marcou uma audiência de conciliação com a Prefeitura sobre o tema. O grupo de entidades, que envolve Ministério Público, Defensoria, Ação Educativa e advogados, espera que a administração firme diante do juiz metas de acesso a creche, com critérios de qualidade e definição de sanções no caso de descumprimento.

A audiência acabou sem acordo e o julgamento da ação foi marcado para dia 25. A conciliação foi definida a partir de dois processos sobre demanda de creche. As partes vão conversar antes do julgamento para um possível entendimento.

O compromisso apresentado pelo secretário de Educação, Cesar Callegari, vincula a criação de vagas ao que estipula o Plano Nacional de Educação (PNE), em trâmite no Congresso. No PNE, uma das metas é garantir a matrícula de ao menos 50% das crianças de 0 a 3 anos. O prazo do plano é de dez anos, mas a Prefeitura propõe

● **Déficit**

213 mil

crianças em creches municipais

156 mil

estão na fila por vaga

60

mães procuram a Defensoria por dia por vaga em creche

alcançar o objetivo em 2016.

Callegari defendeu que seria “um marco” para o País se a cidade cumprisse o item em três anos. Ele defendeu ainda que o município não poderia firmar acordo com a Justiça da promessa eleitoral. “Não é razoável que o Plano de Metas seja inteiro judicializado. O município não precisa ser tangido por outras forças para cumprir com suas responsabilidades. O monitoramento de criação de vagas das metas está contemplado no compromisso apresentado.”

Números. A promessa da gestão Haddad é criar 150 mil vagas de educação infantil, 94 mil dessas em creche, o que zeraria a fila registrada no início do ano. Em setembro, o cadastro de espera já chegava a 156 mil.

A quantidade de crianças na fila não foi levada em conta na proposta judicial. O cálculo vem da projeção de que haverá 610 mil crianças de 0 a 3 anos em 2016. Portanto, a meta de 50% equivale a 305 mil vagas. Dessas, 262 mil já são oferecidas pela Prefeitura e rede particular de creches. Portanto, faltariam apenas 43 mil, segundo a Secretaria de Educação.

O advogado Rubens Naves, que participa do grupo de trabalho interinstitucional, criticou a resistência de a secretaria assumir responsabilidades. “Compromisso já existe, mas precisamos de mecanismo de responsabilização.” O defensor público Luiz Rascovski diz que é importante que o julgamento tenha sido marcado. “Entendemos que o acordo deveria no mínimo reafirmar o compromisso eleitoral”, diz.

A proposta ainda prevê a priorização de crianças em condição de vulnerabilidade. Haveria uma cota de 20% das novas matrículas para crianças com o Bolsa Família. Hoje, 18 mil crianças com o benefício estão matriculadas em creche e 11 mil fazem parte da fila. Há outras 55 mil crianças que recebem a bolsa, mas não estão matriculadas nem registradas na fila.

A gestão ainda sugeriu abrir a admissão de crianças em meio período. Segundo Callegari, as mães poderiam comunicar na matrícula a necessidade de só meio período. As entidades criticaram a proposta.

05 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

‘Comissão da Verdade não substitui ação penal’

Ex-juiz espanhol que pediu prisão de Pinochet reforça tese de que lei que perdoou crimes do regime militar no Brasil não se aplica ‘a casos de lesa-humanidade’

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

O ex-juiz espanhol Baltasar Garzón afirma que a Comissão Nacional da Verdade no Brasil deve ter um “papel complementar” e não substituir ações penais na Justiça em relação aos crimes cometidos durante o regime militar.

Na sua avaliação, a Lei da Anistia não pode impedir que crimes como a tortura sejam investigados.

“A anistia pode ser mantida, mas sempre que ela não se aplique a casos de lesa-humanidade. Isso deveria estar claro nas mentes das pessoas. No caso de Araguaia a Corte Interamericana (*de Direitos Humanos*) foi clara em 2010 ao dizer que a lei de anistia do Brasil é nula nesse caso e que existe a necessidade de investigar”, afirmou ontem em entrevista ao **Estado** e a dois jornais estrangeiros, em Genebra.

“A Comissão da Verdade deve ter um papel complementar e não é um substituto à Justiça Penal. A criação de uma comissão não acaba com a obrigação de que se investigue um crime. Por isso digo que as comissões precisam complementar e não substituir a uma ação penal. Precisa haver uma investigação eficaz e independente”, disse o espanhol. “No caso do Brasil, o Supremo decidiu não atender a isso. Mas abriu o espaço para a comissão. Enquanto isso, estamos vendo procuradores estaduais iniciando casos, o que pode levar a um reconhecimento da Justiça penal. No Brasil, há um longo caminho ainda a ser percorrido. Mas as coisas avançam.”

● **‘Nula’**

“A anistia pode ser mantida, mas sempre que ela não se aplique a casos de lesa-humanidade. Isso deveria estar claro nas mentes das pessoas”

Baltasar Garzón

EX-JUIZ ESPANHOL

Garzón foi afastado por 11 anos de seu cargo de juiz na Espanha ao apurar crimes do franquismo. Ele foi acusado de abuso de poder pelo Supremo Tribunal espanhol. Como juiz, Garzón ganhou fama mundial ao pedir a prisão do general chileno Augusto Pinochet e abrir ações contra integrantes do grupo separatista terrorista basco ETA. Atualmente, defende o fundador do site WikiLeaks, Julian Assange, que está exilado na Embaixada do Equador em Londres desde o dia 19 de julho.

Questionado sobre os obstáculos para o trabalho da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, Garzón acredita que é preciso haver uma coordenação entre a comissão federal e as comissões locais. “É muito bom que existam essas comissões locais, e não apenas uma de notáveis. Mas deve haver uma coordenação. Outro problema das comissões no Brasil é que não há uma obrigação de presença de alguém que tenha sido convocado nem a obrigação de declarar. Sanções deveriam ser colocadas se isso não for cumprido.”

05 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Obras públicas. Desembargadores dizem que ex-prefeito de São Paulo foi um dos responsáveis pelo superfaturamento do Túnel Ayrton Senna, empreendimento emblemático de sua gestão na cidade; características da sentença, porém, minimizam os seus efeitos políticos

Maluf tem condenação confirmada no TJ, mas deve se livrar de Lei da Ficha Limpa

Fausto Macedo

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou ontem Paulo Maluf (PP) à suspensão de seus direitos políticos por 5 anos e ao pagamento de multa pelo superfaturamento do Túnel Ayrton Senna, obra emblemática de sua gestão na Prefeitura, entre 1993 e 1996. A decisão, porém, não terá valor prático enquanto houver possibilidade de recursos. O deputado federal, de 82 anos, deve se livrar até mesmo da Lei da Ficha Limpa e poderá concorrer nas eleições do ano que vem.

Nesse processo, Maluf não é acusado de enriquecimento ilícito. Além disso, em seu voto, a desembargadora Teresa Ramos Marques, relatora, atribui “culpa” a Maluf, e não “dolo”. Esses são dois dos cinco pré-requisitos cumulativos para que um político seja enquadrado na Lei da Ficha Limpa, de 2010 (*mais informações no quadro ao lado*). Maluf, inclusive, tem outras condenações judiciais, mas nenhuma que o transforme em “ficha-suja”. O ex-prefeito se diz inocente e diz que vai recorrer da sentença.

A decisão de ontem foi tomada por unanimidade pela 10.^a Câmara de Direito Público do TJ e confirma sentença de primeira instância, do Fórum da Fazenda Pública, em 2009.

O colegiado do tribunal impôs ao deputado federal do PP e às empreiteiras Constran e CBPO, solidariamente, pagamento de R\$ 42,28 milhões por improbidade administrativa.

Explicação. O promotor Roberto Livianu disse que vai entrar com recurso denominado embargos de declaração tão logo o acórdão do julgamento seja publicado. Em sua avaliação, a relatora foi taxativa ao examinar os “meandros da fraude, mas contraditória porque dá a entender que não houve dolo”. Esse embargo serve para pedir esclarecimentos sobre a sentença proferida.

“A desembargadora diz que no entendimento do Superior Tribunal de Justiça basta a culpa para ficar comprovada violação à Lei da Improbidade. Quando ela examina de maneira mais abrangente e afirma que está provado que ele (*Maluf*) colaborou para a execução de fraude, é uma declaração inequívoca de que houve dolo. Pretendo questionar isso nos embargos de declaração. Pedirei à relatora para deixar claro que de fato foi ato doloso”, afirmou o promotor.

Para Livianu, “não existe fraude com culpa, assim como não existe estupro com culpa”. “A culpa é um descuido, situação diferente de uma fraude que pressupõe estratagem, ardil, malandragem. E houve malandragem neste caso”, disse.

O voto da relatora foi seguido pelos desembargadores Paulo Galizia e Urbano Ruiz. “Diante da gravidade do ilícito, extensão do dano causado, assim como do proveito patrimonial obtido, não se mostra excessiva a condenação ao ressarcimento integral do dano”, sentenciou Teresa Marques. “O então prefeito Paulo Maluf é parte legítima para figurar como réu, uma vez que agia em nome do município, responsabilizando-se pela obra pública que aprovou e recebeu”, destacou a desembargadora.

Acréscimo. A ação contra Maluf foi movida por causa de um acréscimo irregular na Medição 72 da obra – estabilização do solo –, realizada em julho de 1996 por meio do contrato 5/87 entre a antiga Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), atual São Paulo Urbanismo, e o Consórcio CBPO/Constran. Na ocasião, a Emurb era presidida pelo engenheiro Reynaldo de Barros, que morreu em 2011, braço direito de Maluf. Ele acumulava o cargo de secretário municipal de Obras e Vias Públicas.

CONTINUA

05 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Grosseiro'. Perícias técnicas apontaram “fraude grosseira”, que consistiu basicamente no aumento sistemático de 4 metros em cada uma das 1.259 colunas de sustentação do túnel inicialmente projetadas por meio do sistema denominado Jumbo Grouting. Perícia contábil apurou desvio de R\$ 4,9 milhões porque, conforme a ação, os serviços não foram executados.

Os técnicos apuraram que a Emurb e o consórcio firmaram termo de encerramento contratual em agosto de 2001. No acerto de contas, as empreiteiras permitiram o abatimento de R\$ 7,4 milhões do saldo devedor da empresa municipal a título de ressarcimento do valor questionado lançado na Medição 72. Na ação, o consórcio sustentou que, em razão dessa devolução, não houve prejuízo ao erário.

“A criação e execução de receita inexistente configuram, em tese, ato de improbidade administrativa (...), mas não implicam, necessariamente, a ciência ou colaboração do prefeito”, concluiu a relatora do caso no TJ.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

05 NOV 2013

CONDENADO EM 2ª INSTÂNCIA

● O ex-prefeito Paulo Maluf foi condenado por prejuízo ao erário no superfaturamento do Túnel Ayrton Senna, entregue em 1996

Obra liga o Centro à Zona Sul da cidade



● Custo da obra: **R\$ 2,2 bilhões** (em valores atuais)

● Segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo, o ex-prefeito Paulo Maluf e os outros condenados devem pagar uma multa total de **R\$ 42,2 milhões**

● Maluf foi condenado em 25/11/2009 em primeira instância e, agora, na segunda instância.

O ex-prefeito ainda pode recorrer da decisão

Para ser 'ficha-suja' é preciso:

ITENS EM QUE MALUF FOI ENQUADRADO ITENS EM QUE MALUF NÃO FOI ENQUADRADO

Ser condenado por um colegiado

Ter os direitos políticos suspensos

Causar prejuízo ao erário

Ter agido com dolo

Enriquecimento ilícito

Para ser pego pela Lei da Ficha Limpa, o condenado em uma ação judicial precisa estar enquadrado em todos os cinco itens ao lado. No caso de Maluf, a confirmação em segunda instância da condenação deixa em aberto dois dos cinco itens. Quem decide se alguém é "ficha-suja" ou não, porém, é a Justiça Eleitoral

Lei barrou mais de 800 em 2012

Na primeira eleição municipal sob os efeitos da Lei da Ficha Limpa, promulgada em junho de 2010, pelo menos 868 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador em todo o País foram barrados com base na lei pelos tribunais regionais eleitorais. O número de barrados representou 0,2% do total de 481.156 candidaturas registradas no Brasil pelo Tribunal Superior Eleitoral. Até a primeira quinzena

de setembro de 2012, eram 450.521 registros de candidatos aptos e 30.425 inaptos, ou seja, que não cumpriram os requisitos determinados pela Justiça Eleitoral para se candidatar. A Lei da Ficha Limpa começou a valer nas eleições de 2012. O projeto surgiu da iniciativa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que reuniu mais de 1,6 milhão de assinaturas de eleitores desde o lançamento da proposta, em setembro de 2009. A lei foi sancionada pelo então presidente Lula em 4 de junho de 2010.

3 PERGUNTAS PARA...

Márlon Reis, juiz e um dos redatores da Lei da Ficha Limpa

1. O que é preciso para alguém ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa?
A principal mudança consistiu na desnecessidade de se aguardar todos os recursos, o que chamamos de trânsito em julgado. Agora, basta que um órgão judicial colegiado profira uma decisão condenatória para, em certas hipóteses (os cinco pré-requisitos), ficar inviabilizada a candidatura.

2. Na decisão, o TJ não fala em dolo nem de enriquecimento ilícito. Mesmo assim, Maluf pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa?
Quem verifica a presença das causas de inelegibilidade é a Justiça Eleitoral, não a comum. Não é preciso que a Justiça comum aponte dolo e o enriquecimento ilícito, mas que seja possível verificar sua ocorrência no caso do político.

3. O que ele precisa para se candidatar em 2014?
A cessação da inelegibilidade decorrente de condenação judicial ocorre com transcurso do prazo ou mudança da decisão por órgão superior.

● **Absolvido**
Em 2010, o TRE decidiu enquadrar Maluf na Lei da Ficha Limpa. Logo depois, o Tribunal de Justiça acolheu recurso que absolveu o deputado.

CONTINUA

05 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Defesa afirma que condenação não se enquadra na lei

A defesa de Paulo Maluf afirma que a decisão do TJ não o impede de participar das próximas eleições. Os advogados de Maluf destacam que o artigo 1.º da Lei 135/2010 prevê que um político só pode ser barrado pela Ficha Limpa quando condenado por improbidade e enquadrado em cinco situações de forma cumulativa, entre elas enriquecimento ilícito e dolo. “A ausência de qualquer uma dessas características faz com que a condenação não se enquadre na Ficha Limpa. O TJ não condenou o deputado por ato doloso, como não o condenou por enriquecimento ilícito”, dizem os advogados Eduardo Nobre e Patrícia Rios. “Eventual enquadramento na Ficha Limpa só poderá ser analisada pela Justiça Eleitoral.”

Os advogados observam que a suspensão de direitos políticos por cinco anos somente tem efeito após o trânsito em julgado. Maluf vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça e ao STF.

A CBPO reafirmou “não ter praticado irregularidade na condução do contrato para construção do Túnel Ayrton Senna, ressaltando que todos os valores recebidos correspondem a serviços efetivamente prestados”.

“A acusação do Ministério Público não foi comprovada na perícia realizada por determinação judicial. A regularidade do contrato ficará esclarecida ao longo do processo judicial.”

A Constran destacou que vai recorrer “por não concordar com o teor da decisão”. “A direção da empresa informa que a Constran não pertencia aos atuais acionistas na época dos acontecimentos.”

O promotor José Carlos Blat avalia que a decisão do TJ representa “vitória importante do Ministério Público contra a corrupção”. Blat faz uma ressalva. “Infelizmente, a legislação é ineficiente. A Lei da Ficha Limpa, nesse aspecto, se torna ineficaz para aplicação no caso em concreto.” **F.M. e MATEUS COUTINHO**

● 'sem dolo'

“No caso em questão o TJ não condenou Paulo Maluf pela prática de ato doloso, como também não o condenou por enriquecimento ilícito”

Eduardo Nobre e Patrícia Rios

ADVOGADOS DE MALUF

05 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CAI FERIADO

DO DIA 20

Tribunal atende
Associação
Comercial e nega
folga do Dia da
Consciência Negra

Cahúê Miranda
cmiranda@tribunadoparana.com.br

O feriado do Dia da Consciência Negra, marcado para o dia 20 de novembro, está suspenso em Curitiba. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão ontem, concedeu liminar à Associação Comercial do Paraná (ACP), que ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei municipal que instituiu o feriado.

O dia 20 de novembro marca o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, líder quilombola considerado herói da luta contra a escravidão no Brasil. Diversas cidades brasileiras adotam a data como feriado, que seria comemorado pela primeira vez neste ano em Curitiba. O dia de folga é reivindicação da comunidade negra e foi aprovado pela Câmara de Curitiba no final do ano passado.

A decisão do TJ-PR é de caráter provisório. Segundo nota divulgada pelo tribunal, "o mérito sobre a inconstitucionalidade da lei será apreciado oportunamente". Como o julgamento não deve acontecer antes do próximo dia 20, só haverá feriado em Curitiba se outra decisão judicial derrubar a liminar.

PERDAS

O presidente da Câmara, vereador Paulo Salamuni (PV), diz que a Casa ainda vai avaliar a decisão. "Ainda não fomos notificados, mas vamos avaliar se é possível tomar alguma medida para preservar a vontade dos representantes do povo, que aprovaram o feriado. Entendemos que há validade no nosso ato, mas se for uma ordem jurídica, temos que acatar", afirma.

A ACP alega que o feriado iria prejudicar o comércio e a indústria da cidade e causaria prejuízo de R\$ 160 milhões à economia do município.

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça seja feita!

05 NOV 2013

O Supremo Tribunal Federal (STF) convocou audiência pública para discutir a polêmica sobre as biografias não autorizadas com o objetivo de ouvir especialistas para embasar o julgamento da ação que pede a liberação dessas publicações. Foi marcada pela ministra relatora Cármen Lúcia para os dias 21 e 22.

ABL entra no processo contra censura. Caetano expõe racha na ala que defende

A Academia Brasileira de Letras vai entrar nesta semana como 'amicus curiae' na Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), no processo movido pelos editores de livros no Supremo Tribunal Federal contra a censura prévia nas biografias. Isso significa que a ABL, mesmo não fazendo parte do caso, voluntaria-se a oferecer informações que possam ajudar a decidir.

Com isso, a entidade fará parte da ação e se manifestará formalmente a favor da tese da Adin nos autos. Ela também vai se manifestar quando a ação for a julgamento pelo plenário do

STF. O Instituto Histórico e Geográfico é outra instituição que já havia feito isto.

A medida demonstra como os editores estão se reforçando na briga pela Lei das Biografias, como estão sendo chamadas as mudanças propostas na Câmara pelo deputado federal Newton Lima (PT-SP).

Já o lado oposto, formado essencialmente pela Associação Procure Saber, enfrenta uma série de discussões internas, mas não deve se desfazer antes da discussão no STF porque a tese de que biografados precisam autorizar as publicações, só pode ser defendida na corte por uma associação. Em sua coluna publicada no jornal O Globo, Caetano Veloso, um dos integrantes do grupo (ao lado de Roberto Carlos, Gilberto Gil, Chico Buarque e outros), criticou publicamente a atitude de Roberto Carlos, que 'só apareceu agora, quando da mudança de tom' na discussão sobre as biografias.

BRONCA PÚBLICA

Ele se refere à entrevista que Roberto concedeu ao *Fantástico* na semana retrasada, quando declarou ser a favor das publicações sem autorização prévia. 'RC só apareceu agora, quando da mudança de tom. Apanhamos muito da mídia e das redes, ele vem de Rei. É o normal da nossa vida. Chico era o mais próximo da posição dele; eu, o mais distante', escreveu Caetano.

Caetano afirmou também que o advogado de Roberto, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, tido como novo porta-voz e que sugeriu o fim da Procure Saber, 'não fala oficialmente pela associação'. 'Bem, o mínimo que posso dizer é que justamente meu desprezo pela ideia de cuidar de minha imagem como quem a programa para obter aprovação é o mesmo que me leva a tender para a liberação das biografias e a olhar com desconfiança para o conselho do especialista', escreveu Caetano.

Nos últimos dez anos, ao menos 25 obras foram proibidas pela Justiça após ações propostas por quem se sentiu caluniado, ofendido ou invadido em sua intimidade. É o caso do livro de memórias que o ex-jogador Sócrates escreveu pouco antes de morrer, em 2011. Sentenças baseadas nos direitos à honra e à privacidade também impediram a divulgação de cordéis, investigações jornalísticas e até um relato mediúnico sobre os mortos no acidente da TAM.



05 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIS ESTUPROS

Crimes sexuais
ultrapassam
homicídios nas
estatísticas
nacionais

Ocorreram mais estupro que homicídios no Brasil, no ano passado, de acordo com a 7.^a edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento é produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em informações do IBGE e do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (Sinesp), gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, ligada ao Ministério da Justiça.

O anuário mostra que ocorreram 50.617 casos de estupro (26,1 por 100 mil habitantes) e 47.136 homicídios dolosos (com intenção de matar). Houve aumento de 18,17% nos crimes sexuais, em relação a 2011, quando foram cometidos 22,1 crimes por grupo de 100 mil habitantes.

Os estados com maior índice de estupros foram Roraima (52,2), Rondônia (49), Santa Catarina (45,8), Rio Grande do Sul (43,5), Mato Grosso do Sul (40,6) e do Mato Grosso (38,6). Os estados que registraram menores taxas de estupro por 100 mil habitantes em 2012 foram Paraíba (8,8), Rio Grande do Norte (9,9) e Minas Gerais (10,1).

Homicídios

A taxa de homicídios cresceu 7,6% no ano passado, na comparação com 2011. Foram 24,3 crimes para cada 100 mil habitantes. Em Alagoas, foram 58,2 homicídios por 100 mil habitantes. Apesar disto, na comparação

com 2011, o estado apresentou queda de 21,9% neste índice. Os estados com as menores taxas de morte por grupo de 100 mil habitantes foram: Amapá (9,9), Santa Catarina (11,3), São Paulo (11,5), Roraima (13,2), Mato Grosso do Sul (14,9), Piauí (15,2) e Rio Grande do Sul (18,4).

APOIO

Vítimas de estupro em Curitiba e região terão mais apoio na hora de denunciar criminosos. O Ministério Público (MP) inaugura amanhã o Núcleo de Apoio a Vítimas de Estupro (Naves), na Rua Tibagi, 779, 8º andar, Centro. Segundo a procuradora de Justiça Rosângela Gaspari, que coordenará o núcleo, o objetivo é prestar orientação jurídica e apoio psicológico, para dar continuidade às denúncias, de modo que os autores dos crimes possam ser identificados e responsabilizados.

Enquanto o Disque 180 recebeu apenas 646 denúncias de estupros no primeiro semestre, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou o atendimento de 18.007 mulheres vítimas deste crime, em hospitais e clínicas.

05 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Negado recurso de condenados

O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3) manteve as condenações impostas ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, e ao ex-senador Luiz Estêvão no escândalo do TRT de São Paulo, que envolve desvios superiores a R\$ 1 bilhão. Por unanimidade, a 3.^a turma do tribunal indeferiu recursos dos condenados contra sentenças proferidas em duas ações por improbidade administrativa.

A primeira ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal há 15 anos, em 1998. Protagonizado pelo juiz Lalau, o processo

envolve outras pessoas físicas e jurídicas. A segunda ação, proposta há 13 anos, em 2000, é estrelada por Estêvão e tem como coadjuvantes seus ex-sócios em empresas do Grupo OK.

FÓRUM

Os desvios foram praticados na obra de construção do fórum trabalhista de São Paulo. Em valores da época, foram R\$ 234,8 milhões. Auditoria do TCU verificou que apenas R\$ 66,7 milhões foram aplicados na obra. Surrupiam-se R\$ 169 milhões. Atualizada monetariamente, a cifra agora passa de R\$ 1 bilhão.

Ainda cabe recurso no STJ.

OAB dá chance e cria "repescagem"

A Ordem dos Advogados do Brasil divulgou ontem o edital do XII Exame de Ordem Unificado, que será o primeiro com a regra da "repescagem", que permite que o candidato reprovado na segunda fase, a prática-profissional, aproveite a aprovação da primeira etapa na edição seguinte do exame. As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 14. A prova objetiva, correspondente à primeira fase, será no dia 15 de dezembro. A segunda etapa será dia 9 de fevereiro.

Os candidatos que fizerem o reaproveitamento da primei-

ra fase no exame seguinte poderão pagar taxa reduzida de inscrição. O valor ainda não foi divulgado pela OAB. A nova regra faz parte do provimento que traz uma série de alterações com relação ao Exame de Ordem. Além da "repescagem", foi definida a possibilidade dos estudantes de Direito dos últimos dois semestres ou do último ano do curso prestarem o Exame. Também a partir de agora os nomes dos integrantes das bancas examinadoras e de análise de recursos serão divulgados publicamente, e os dos coordenadores da pessoa jurídica contratada, cinco dias antes da prova.

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria vai à Justiça contra alta do IPTU

Ministério Público diz que votação de projeto foi ilegal porque ignorou audiência que ocorreria no dia seguinte

Reajuste vai causar 'êxodo' de moradores do centro, que não vão poder pagar imposto, afirma promotor

O Ministério Público Estadual apresentou à Justiça uma ação civil para anular a votação do projeto de lei que reajusta o IPTU em São Paulo a partir do ano que vem.

O texto aprovado na última terça-feira aumenta o imposto em até 20% para imóveis residenciais e até 35% para os demais em 2014.

Nos anos seguintes, os limites máximos de reajuste serão de 10% e 15%, respectivamente. Metade dos R\$ 3,1 milhões de contribuintes do imposto pagarão reajustes seguidos até 2017, já que seus imóveis tiveram valorização acima dos tetos.

Segundo o promotor Maurício Ribeiro Lopes, a sessão que aprovou o aumento, foi ilegal porque foi realizada antes de uma audiência pública que estava marcada para o dia seguinte.

Várias entidades haviam inclusive recebido convites para participar do encontro. Elas se mobilizaram para participar da audiência e também para protestar quando o projeto fosse votado.

No dia seguinte à aprovação, apenas vinte pessoas apareceram na Câmara para protestar contra a aprovação. Alguns deles foram retirados pelo presidente da Câmara e a sessão foi encerrada.

Segundo o promotor, a votação feriu princípios da legalidade e publicidade. Ele

afirma que o projeto deveria estar na ordem do dia para a votação, o que não aconteceu —foi colocado para ser votado em regime de urgência, em sessão extraordinária.

Pouco antes da meia-noite, o projeto foi aprovado por 31 votos favoráveis contra 18 contrários.

Além de questionar a irregularidade da votação, o promotor afirma na ação que o reajuste causará “desocupação forçada” dos imóveis, já que segundo ele moradores não terão condições de pagar.

DESOCUPAÇÃO

Para o ano que vem, a prefeitura criou três zonas fiscais de cobrança. Quanto mais afastado do centro é o imóvel, menor é o custo do imposto. Com isso, moradores e comerciantes das regiões centrais terão reajuste alto.

“Não há dúvida de que sua transformação em lei trará graves consequências ao padrão urbanístico deste município, seja porque o elevado custo tributário das regiões centrais impedirá que pessoas de menor poder aquisitivo para elas se mudem, seja porque causará verdadeiro êxodo de parte de seus moradores que não terão como pagar o escorçante imposto”.

Para ele, a cobrança causará aumento do número de imóveis desocupados.

A Câmara diz que não foi notificada e informou que “seguiu rigorosamente todos os preceitos regimentais”.

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Desembargadora afirma que invasão a fórum foi 'falha da segurança pública'

DO RIO - A desembargadora Leila Mariano, presidente do Tribunal de Justiça do Rio, afirmou ontem que a tentativa de resgate a presos, na última quinta-feira, em Bangu, zona oeste da cidade, "é uma questão de segurança pública, não institucional".

Na ocasião, um menino de 8 anos e um PM morreram em confronto com cerca de 15 homens armados com fuzis e pistolas, que invadiram o fórum local para libertar detentos.

"Foi um atentado nunca antes ocorrido no Estado do Rio e creio que em nenhum outro Estado", disse a desembargadora.

"Bandidos saíram de Belford Roxo a Bangu com armas de grosso calibre e três adentraram no fórum. Onde estavam os órgãos de inteligência? Não é um problema de hoje, mas de muito tempo."

Leila Mariano afirmou que vai se reunir hoje com o governador Sérgio Cabral (PMDB), o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, o comando da PM e o secretário de Administração Penitenciária, Cesar Rubens Monteiro de Carvalho.

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal suspende direitos políticos de Maluf por cinco anos

Deputado vai recorrer contra a decisão, que ameaça impedi-lo de se candidatar de novo nas eleições de 2014

Desembargadores culpam ex-prefeito por desvios na construção do túnel Ayrton Senna; ele nega irregularidades

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) foi condenado ontem pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar multa de R\$ 42,3 milhões pelo superfaturamento na construção do túnel Ayrton Senna e à suspensão de seus direitos políticos por cinco anos.

A decisão, proferida de forma unânime por três desembargadores do tribunal, pode impedir Maluf de disputar as eleições de 2014. Ainda cabe recurso, e Maluf já anunciou que contestará a sentença no Superior Tribunal de Justiça.

Os efeitos da decisão de ontem não são automáticos. Enquanto Maluf estiver recorrendo, não haverá decisão definitiva da Justiça sobre o seu caso e ele terá condições de brigar nos tribunais pelo direito de disputar as eleições.

A Lei da Ficha Limpa impede que políticos condenados por um órgão colegiado participem de eleições, mas sua aplicação depende da opinião dos juízes eleitorais. A lei prevê a suspensão dos direitos políticos por oito anos para políticos ficha-suja que tentam se candidatar.

Para os advogados de Maluf, ele não poderá ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa

porque sua condenação no caso do túnel Ayrton Senna não apontou enriquecimento ilícito nem dolo, quando há intenção de causar dano, duas condições exigidas pela lei.

Mas essa é outra questão que poderá depender de interpretação da Justiça Eleitoral. "Numa condenação por superfaturamento, não dá para afastar nem o dolo nem o enriquecimento ilícito. Isso é uma consequência natural do ato", disse o juiz Márlon Reis, um dos autores da lei.

O caso de Maluf só será analisado pela Justiça Eleitoral em 2014, se ele decidir se candidatar, na hora em que ele apresentar o pedido de registro de sua candidatura. Nesse momento, a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, candidatos ou partidos adversários poderão impugnar sua candidatura.

Caberá então ao Tribunal Regional Eleitoral analisar se a condenação de ontem se enquadra nos critérios da Lei da Ficha Limpa para torná-lo inelegível. Se Maluf for barrado, ele ainda poderá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral e disputar as eleições.

A desembargadora Teresa Ramos Marques, relatora do caso do túnel Ayrton Senna na 10ª Câmara de Direito Público do TJ, considerou Maluf responsável pelo superfaturamento da obra, inaugurada em 1995, em sua gestão como prefeito da capital paulista.

"Constitui prova de que Paulo Maluf colaborou para a execução da fraude a nomeação de Reynaldo de Barros para a presidência da Emurb e, cumulativamente, para a Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas", disse Marques em seu voto.

Reynaldo de Barros, que morreu em 2011, presidiu a empresa da prefeitura que administrou a obra. A multa de R\$ 42,3 milhões terá que ser paga solidariamente por Maluf, pelo espólio de Reynaldo de Barros, pelas construtoras que tocaram a obra, a CBPO e a Constran, e por três funcionários da Emurb.

LEI DA FICHA LIMPA

São inelegíveis, segundo a lei

- Aquelles que forem condenados pela Justiça Eleitoral em decisão final ou dada por órgão colegiado, por abuso de poder econômico ou político
- Aquelles que forem condenados em decisão final ou colegiada por crimes contra a economia popular, administração pública e patrimônio público, entre outros

CONTINUA

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CANDIDATURA AMEAÇADA

Condenação de Maluf pode impedi-lo de disputar eleições

1

CASO

Em 2000, o ex-prefeito de SP Paulo Maluf foi acusado pelo Ministério Público de ter superfaturado R\$ 96 milhões da obra do túnel Ayrton Senna, construído em sua gestão (1993-96)

2

CONDENAÇÃO

Em 2009, Maluf foi condenado pela 6ª Vara da Fazenda Pública a devolver R\$ 14,7 milhões à prefeitura de São Paulo por causa das irregularidades na construção. Ele recorreu da decisão

COMO FICA

Se a condenação não for revertida em uma instância superior

Segundo o juiz Márlon Reis, um dos autores da Lei da Ficha Limpa, Maluf estará inelegível a partir da publicação do acórdão pelo TJ-SP. A inelegibilidade, no entanto, só pode ser aferida pela Justiça Eleitoral quando do registro da candidatura, o que será feito apenas em 2014

Quando for publicado o edital com o pedido de registro da candidatura de Maluf, a Procuradoria Regional Eleitoral ou outros partidos, candidatos e coligações terão cinco dias para contestá-la

Enquanto a Justiça Eleitoral não analisa o caso, Maluf ainda pode disputar o pleito. Mas o ex-prefeito corre o risco, em caso de derrota judicial, de não ter computados os votos que venha a receber

3

O QUE ACONTECEU ONTEM

Uma turma de desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação e determinou a suspensão dos direitos políticos do ex-prefeito por 5 anos. Maluf ainda pode recorrer aos tribunais superiores

OUTRO LADO <

Decisão não barra ex-prefeito, afirma defesa

A defesa do deputado Paulo Maluf (PP-SP) divulgou ontem dois comunicados sustentando que a condenação proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo não o impede de participar das próximas eleições, em 2014.

No primeiro texto, afirmou que, para um político ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa, a condenação por improbidade administrativa deve necessariamente ser proferida por órgão colegiado (por mais de um juiz), determinar a suspensão de direitos políticos e que o ato tenha sido praticado na modalidade dolosa, cause prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito do agente público.

“No caso em questão o Tribunal de Justiça não condenou o deputado Paulo Maluf pela prática de ato doloso, como também não o condenou por enriquecimento ilícito”, disseram seus advogados.

Eles afirmaram que Maluf irá recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Na segunda nota, a defesa declarou que “só a Justiça Eleitoral pode examinar acusação com base na Lei da Ficha Limpa”. Afirmou ainda que a eventual condenação só existe com o trânsito em julgado da sentença, quando não houver mais recursos.

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Corrupção descarada

Grupo de fiscais envolvido em escândalo esbanjava riqueza e imaginava-se intocável; investigação do caso não pode escolher alvos

“Quem não gosta de jantar num restaurante caro e bom? Eu gosto.” A pergunta retórica e a resposta são de Vanessa Caroline Alcântara, ex-companheira do fiscal Luis Alexandre Cardoso de Magalhães.

Segundo Alcântara, o fiscal municipal costumava levá-la a restaurantes nobres de São Paulo, nos quais gostava de pedir o vinho mais caro da carta. O destino seguinte era um hotel dispendioso, cuja diária custava R\$ 5.000. Era comum que a noite consumisse R\$ 10 mil.

Não é preciso esforço para notar a discrepância entre os hábitos faustosos e o salário de Magalhães. Como funcionário público, recebia cerca de R\$ 14 mil por mês.

Apelidado de “louco” por alguns colegas, o fiscal não fazia questão de disfarçar os sinais de uma riqueza incompatível com os seus vencimentos. Em seu nome ou no das empresas que controla estão 27 imóveis; seu patrimônio estimado é de R\$ 18 milhões.

Vem do Ministério Público a explicação para o descompasso: Magalhães e pelo menos outros três servidores são acusados de envolvimento num esquema de corrupção que impôs prejuízo de R\$ 500 milhões aos cofres municipais.

Tratava-se de cobrar propina para reduzir o valor do ISS (Imposto

sobre Serviços) a ser pago por determinada empresa. Os fiscais embolsavam até metade do montante devido; a prefeitura, quase nada.

Calcula-se que o grupo tenha entesourado R\$ 80 milhões. São 59 imóveis, nove quotas de participação em empresas, automóveis de luxo e uma lancha avaliada em R\$ 1 milhão. Podem ser todos ingênuos ou inexperientes na arte de ocultar bens ilícitos, mas é ainda assim espantosa a desfaçatez. Imaginavam-se intocáveis.

De acordo com a ex-companheira de Luis Magalhães, por exemplo, foi somente após saber-se investigado pela Controladoria Geral do Município que o fiscal tentou usá-la como laranja.

O episódio suscita questões embaraçosas para o ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD). Por que agiam com tamanha certeza de impunidade? Sobrava proteção a essas práticas ou faltava investigação por parte dos órgãos públicos?

Tampouco está livre de questionamento o prefeito Fernando Haddad (PT). É que Ronilson Bezerra Rodrigues, apontado como chefe do esquema, foi nomeado diretor de finanças da SPTrans (empresa que gerencia o transporte municipal) na atual administração. Além disso, o nome de Antonio Donato, secretário de Governo do petista, já apareceu ligado a Magalhães em escuta autorizada pela Justiça.

Espera-se que a promissora Controladoria Geral do Município não faça distinções políticas no exercício de seu dever.

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Atuação de promotor no caso Alstom será apurada

Corregedor nacional irá
conduzir o processo

O corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramujas, vai investigar a atuação do promotor de Justiça do Estado de São Paulo Sílvio Marques, um dos responsáveis pela apuração do caso Alstom.

A informação sobre o procedimento de investigação foi dada após Tramujas receber em seu gabinete, em Brasília, os deputados estaduais do PT de São Paulo Luiz Claudio Marcolino e Antonio Mentor.

Os dois pediram a realização de uma correção no Ministério Público de São Paulo para saber se, como nas apurações promovidas pelo procurador da República Rodrigo de Grandis no âmbito federal, existem outros pedidos de investigação não respondidos pelo órgão.

Os parlamentares pediram ainda o afastamento de Grandis, que já está sendo investigado por Tramujas. O afastamento, entretanto, depende de uma decisão do plenário.

De acordo com o corregedor, a investigação aberta ontem vai apurar se a tramitação do caso Alstom no Ministério Público paulista foi adequada e está dentro dos prazos previstos pela instituição.

À **Folha**, Marques disse que seu trabalho no caso Alstom está em dia e que há algum tempo os dois deputados lhe pediram para ter acesso ao conteúdo do inquérito. Como o caso é sigiloso, ele negou o acesso aos parlamentares.

“Não posso abrir um processo sigiloso por causa do pedidos dos deputados, se fizesse teria sido um crime.”

05 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

ONG cria "menina virtual" e localiza mais de mil pedófilos

A ONG Terra de Homens, fundada na Suíça e com braços em dez países, informou ontem que criou menina filipina virtual de 10 anos e assim identificou mais de 1.000 "predadores sexuais", dispostos a pagar para que a "garota" fizesse aparições sexuais.

O diretor da seção holandesa da ONG, Albert Jaap van Santbrink, disse que dezenas de milhares de pedófilos entraram em contato com a menina virtual, batizada de Sweetie ("docinho").

"Estavam dispostos a pagar a Sweetie para que realizasse atos sexuais e se exibisse por sua webcam", disse.

Entre estes predadores, mais de 1.000 foram identificados facilmente em 65 países diferentes. A ONG descobriu seus endereços, números de telefone e fotos e enviou os dados às autoridades competentes, em particular à Interpol.

A ONG quer sensibilizar a opinião pública e as autoridades para a prostituição infantil na internet e está indignada pelo baixo número de pessoas detidas — seis nos últimos anos, segundo a ONG.

Para Van Santbrink, se a Terra de Homens conseguiu identificar mais de 1.000 pedófilos, as autoridades mundiais deveriam poder identificar muitos outros.

"Com mais recursos, identificaríamos facilmente 10.000", exclama Guyt.

A ONG diz que, a cada momento, 750 mil pedófilos estão on-line na internet.

05 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

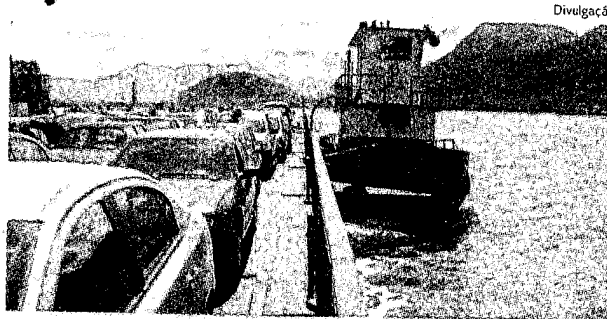
Notas políticas

Sem feriado

Por 17 votos a cinco foi deferida a Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), determinando a suspensão dos efeitos da lei que instituiu o feriado municipal do Dia da Consciência Negra, no próximo dia 20 de novembro. A medida foi tomada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em sessão realizada na tarde de ontem.

MP pede que governo abra licitação para estudar ponte de Guaratuba

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) pediu à Justiça que o governo estadual comece, por meio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), o procedimento licitatório para a realização do estudo sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental que dará origem à construção de uma ponte sobre a Baía de Guaratuba. A ação civil pública foi ajuizada pela 1ª Promotoria



Divulgação

MP entende que ponte na baía desenvolverá a mobilidade urbana

de Justiça do município na sexta-feira (1º).

De acordo com a promotora de Justiça substituta Ana Claudia Luvizotto Ber-

go, a questão envolvendo a Baía de Guaratuba se tornou um entrave à mobilidade urbana e ao crescimento e desenvolvimento da região.

05 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Brasil tem mais casos de estupros do que de homicídios

INúmero de estupros cresceu mais de 18% em um ano

O número de estupros no Brasil subiu 18,17% em 2012, na comparação com o ano anterior, aponta o 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em todo o país, foram registrados 50,6 mil casos, o correspondente a 26,1 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Em

2011, a taxa era de 22,1.

Os estados com as maiores taxas de estupro para cada 100 mil habitantes foram Roraima, Rondônia e Santa Catarina. As menores taxas, por sua vez, ocorreram na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Minas Gerais. O relatório completo será divulgado amanhã (5), em São Paulo.

Segundo dados do documento, o total de estupros (50,6 mil casos) superou o de homicídios dolosos (com intenção de matar) no país. Foram registradas 47,1 mil mortes por homicídio doloso em 2012, subindo de 22,5 mortes por grupo de 100 mil habitantes em 2011, para 24,3 no ano passado, uma alta de 7,8%.

05 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Editorial

No Brasil, condenados permanecem no poder

O Brasil é um país onde acontecem absurdos gigantescos em algumas áreas, e a política é um ótimo exemplo disso. Recentemente, parlamentares condenados no Supremo Tribunal Federal (STF) no caso do mensalão continuam trabalhando no Congresso Nacional, criando e votando leis em benefício próprio, representando os eleitores com uma reputação nada ética. Tantos outros casos não deixam de acontecer, como o do deputado Paulo Maluf, condenado ontem no processo em que é acusado de envolvimento em desvio de recursos públicos.

A pesar de ter tido os direitos políticos suspensos por cinco anos e ter sido obrigado a devolver ao município R\$ 42,2 milhões, Maluf certamente continuará atuando na Câmara durante o desenrolar dos trâmites judiciais. Aliás, não será nenhuma surpresa se a Justiça voltar atrás e permitir que o mesmo participe das eleições de 2014. É quase sempre assim. Condenados permanecem no poder. E quando não há mais nenhuma saída, surge alguma solução surpresa, como o segundo julgamento do mensalão. Absurdo!

PanoramaPolítico

COM ATRASO

O novo Código Civil, elaborado por uma comissão de juristas coordenados pelo hoje ministro Luiz Fux do STF, em 2009, está finalmente sendo votada na Câmara Federal. O objetivo do projeto é dar mais celeridade à Justiça e reduzir o custo das ações civis.